

Vamos Brincar de Preservar? As Brincadeiras Infantis como Patrimônio Imaterial

Eduardo Rodrigues da Silva¹

As brincadeiras tradicionais infantis podem ser consideradas uma manifestação popular que configura uma profunda fonte cultural. A importância que as brincadeiras tradicionais têm para a cultura popular leva-nos para as discussões acerca de patrimônio cultural, especificamente o imaterial. Pois, conforme a Constituição de 1988, em seu art. 216 constitui Patrimônio Cultural brasileiro:

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações, e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (art. 216, BRASIL/CONSTITUIÇÃO, 1988)

Em resumo, patrimônio cultural são “todo elenco de bens denominados culturais” (LEMOS, 2000, p.8) mais do que isso, “é tudo aquilo que possui significado social e que representa e/ou traduz identidades” (SILVA, 2010, p.1). Percebe-se que o conceito de patrimônio tornou-se bastante abrangente ao considerar e ao valorizar todos os elementos que diz respeito à cultura de um grupo e da coletividade. A UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, é responsável pela proteção do patrimônio cultural em escala mundial. A partir da Convenção sobre o Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, promovida por essa mesma organização, em 1972, os países passaram a compreender a importância de preservar a cultura imaterial. Na Convenção para a “Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”, em 2003, a UNESCO definiu como Patrimônio Cultural Imaterial:

(...) práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu

¹ Mestrando em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Bolsista Capes. Graduado em História pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Campus de São Francisco, MG.

patrimônio cultural. O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2006, p.15).

Com esse documento, o Patrimônio Imaterial constitui-se em saberes e experiências na maioria das vezes passados hereditariamente, destacando a importância das comunidades tradicionais. No Brasil segundo Pelegrini (2008) o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que atualmente é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi criado em 1936 e até meados dos anos 1980 sua preocupação restringia-se a cultura material. “No sentido de corrigir essa distorção, a Constituição de 1988 formaliza a dimensão imaterial dos bens culturais” (VIANA, 2004, p.76).

Sendo assim, nos artigos 215 e 216 da Constituição brasileira, o patrimônio admite tanto os aspectos materiais quanto imateriais, ou seja, elementos tangíveis e intangíveis. Nesse sentido, o patrimônio cultural não se restringe aos edifícios e monumentos de “pedra e cal”, e ao reconhecer as diversas expressões culturais imateriais como uma extensão desses bens, a noção de patrimônio passa a ser pautada pela diversidade cultural, étnica e religiosa.

Conforme o IPHAN, o patrimônio cultural imaterial se manifesta por meio de práticas sociais, rituais, tradições, expressões orais, eventos festivos, artesanato tradicional, brincadeiras, saberes populares, entre outras formas. Segundo Viana (2004) essa preocupação com o cultural nasceu perante a ameaça de desaparecimento das tradições e identidades culturais, enfim, pelo interesse de reconhecer a cultura popular como interesse nacional.

Essa nova concepção de patrimônio cultural possibilita salvaguardar os mais variados bens. As políticas no sentido de proteção dos bens culturais imateriais abrangem “a identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, essencialmente através da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos diferentes aspectos desse patrimônio” (IPHAN, 2006). O Decreto Federal nº 3551 do ano 2000, institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, como uma das formas de salvaguardar o patrimônio imaterial. O registro do bem cultural intangível é inscrito em um dos quatro livros segundo as características do patrimônio a ser protegido. Os Livros são: Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro de celebrações Religiosas, Livro de Registro de Formas de Expressão e Livro de Registro de Lugares, podendo ser criado outros livros para inscrição de bens culturais de natureza imaterial que não se enquadrem nos livros já existentes. (art. 1º, DECRETO 3351/2000).

Entretanto, o patrimônio imaterial é mutável e extremamente dinâmico e muitas vezes reinventado de acordo com os seus produtores, e para que permaneça existindo deve ser praticado e transmitido a gerações futuras.

Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e de continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2006, p.15-16).

Portanto, entendemos as brincadeiras tradicionais infantis como manifestação cultural de um povo, passadas de geração a geração. Pois as mesmas revelam marcas, registros de experiências, de interação e do domínio estabelecido entre os diferentes grupos sociais. Nas análises de Silva:

As brincadeiras são, então, um meio para se chegar ao coletivo geral da humanidade; nelas a criança trabalha questões importantes da essência do ser humano: medo, fantasias, faz-de-conta, além de experimentar relações sociais presentes em determinado coletivo (grupo social a que pertence), como cooperação, competição, ganhar, perder, comandar, subordinar-se etc. (SILVA, 1989, p.75).

Segundo Brougère (2001), através das brincadeiras as crianças socializam um processo de relações, portanto de cultura. Neste sentido, o autor afirma que não existe na criança uma brincadeira natural, “a brincadeira pressupõe uma aprendizagem social, aprende-se a brincar”(BROUGÉRE, 2001, p.97). Neste entendimento, a criança é iniciada na brincadeira por pessoas que cuidam dela e não por iniciativa própria. Nas palavras do autor “a brincadeira é a entrada na cultura, numa cultura particular, tal como ela existe num dado momento, mas com todo seu peso histórico” (BROUGÉRE, 2001, p.77). Desse modo, a brincadeira torna-se um caminho para a criança viver a cultura que a cerca. Nesta perspectiva, no entendimento de Santos (1996), cultura diz respeito a todos os aspectos da vida social, ou seja, a cultura não é algo natural, mas sim, produto coletivo da vida humana.

Em relação ao conceito de brincadeiras, Borges aponta que, “brincadeiras são representações culturais que refletem a realidade histórica de um momento, de um lugar, em que as significações do mostrado nos desvendará o mapa de uma época com

seus sinais opacos” (BORGES, 2001, p.49). Segundo Trópia (1998) as brincadeiras e brinquedos ditos tradicionais constituem um dos principais elementos da cultura popular e do folclore. Esse conjunto de manifestações que chamamos de folclore lúdico é o primeiro contato do ser humano, ainda criança, com a cultura do seu povo.

Na visão de Saul Martins, o folclore é tudo que vem do povo ou que este aceitou como seu. O folclore examina a maneira de o povo pensar, sentir e agir, ou seja, “Folclore é a ciência antropológica responsável pelo estudo das manifestações culturais populares e tradicionais, cuja transmissão se dá espontaneamente pelo convívio social” (MARTINS, 2004, p17).

Dessa maneira, as brincadeiras são consideradas um dos principais meios para estreitar as relações coletivas de espontaneidade e descontração. Por meio das brincadeiras são recuperados os modos de vida, hábitos, costumes, tradições, experiências, histórias e principalmente, a cultura de um povo, de uma sociedade e de uma nação. A noção de patrimônio dentro do aspecto cultural passou a valorizar os sujeitos históricos nas suas diferentes culturas em todos os aspectos. O termo cultura tornou-se polissêmico, para Edward Thompson (1998), com essa visão cultura se torna um conceito em que todas as classes são portadoras e produtoras, como os modos de vida na sua totalidade.

Thompson (1998) vê cultura como algo dinâmico, modificável e plural, o autor preocupou com as massas anônimas, com os de “baixo”, enfim com o popular. O patrimônio cultural ao ampliar as suas discussões e conceitos, podemos afirmar, que perseguiu o mesmo caminho seguido por Thompson. Uma vez que hoje patrimônio não se limita aos monumentos, a cultura letrada erudita e elitista e as produções e obras “oficialmente” reconhecidas. Mas também dedica uma atenção especial para as manifestações e expressões das massas anônimas, para as experiências das pessoas comuns, para o informal e popular, enfim, para a diversidade sócio-cultural.

Essa idéia de patrimônio cultural imaterial “recai em uma busca contemporânea de ressaltar menos as edificações, os instrumentos e os objetos móveis que monumentalizam a tradição patrimonial do mundo ocidental e mais o campo da idealidade, do valorativo e dos significados simbólicos” (MENEZES, 2009 p.8). Conforme Menezes (2009) a noção de imaterialidade liga-se ao conceito antropológico

de cultura, algo de uma dinâmica complexa, posto que vinculado ao processo das relações sociais e simbólicas.

Nesta questão, estaria incluída a presença dos brinquedos e brincadeiras na sociedade. As brincadeiras tradicionais trazem em sua bagagem cultural suas técnicas e regras, que são transmitidas e expressadas pela oralidade e por gestos. Conforme Friedmanm (1992), seus criadores são anônimos e essas brincadeiras estão sempre em transformação incorporando novos elementos. Com essa visão as brincadeiras infantis são produções culturais de grupos portadores de tradições e costumes, portanto, fazem parte do patrimônio cultural imaterial. Tendo em vista que:

[...] esse patrimônio se constitui de um conjunto de formas de cultura tradicional e popular ou folclórica, ou seja, as “obras coletivas” que emanam de uma cultura e se fundamentam nas tradições transmitidas oralmente ou a partir de expressões gestuais que podem sofrer modificações no decorrer do tempo por meio de processos de recriação coletiva (PELEGRINI; FUNARI, 2008, p. 62).

Quando se refere à preservação dos bens culturais, em especial das brincadeiras, torna-se indispensável considerar a articulação entre patrimônio cultural e memória. Pois conforme o IPHAN, a identificação da cultura imaterial se dar “a partir de sua relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira” (IPHAN/CNFCP, 2006, p.18).

Segundo Cascudo (1984), a cultura popular brasileira baseia-se essencialmente na oralidade, para ele a cultura popular está guardada na memória coletiva e é transmitida de um para o outro oralmente. A preservação da memória esta ligada a memória individual e coletiva, isto é, com a noção de pertencimento de um individuo ao seu grupo, a sua identidade. Sendo assim, a conservação das brincadeiras infantis faz com que a memória seja sempre preservada garantido a sociedade a sua identidade cultural. Dessa forma, o patrimônio cultural é um elemento fundamental para constituição de um povo.

A memória faz o homem lembrar acontecimentos vividos, que por alguma razão, foram significativos e marcaram sua existência num determinado período. “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (LE GOFF, 1996, pgs. 423-483). Neste sentido, o

trabalho com a memória remete a lembranças individuais que foram criadas coletivamente do presente.

No entendimento de Le Goff (1996), a memória permite a sobrevivência do passado, entretanto, não existe uma memória espontânea e verdadeira, a memória sempre estabelece um recorte seletivo. Pierre Nora compartilha com esse pensamento, o autor busca uma solução possível ao problema de “não se ter memória” e apresenta sua categoria de “Lugares de Memória”. Neste sentido, “é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais”(NORA, 1993, p.13).

Nota-se que as brincadeiras transmitidas de geração para geração vem diminuindo gradativamente. Hoje, as crianças estão se distanciando a cada dia da oportunidade de brincar com aquelas brincadeiras tradicionais que seus pais, tios e avós brincaram. Atualmente predominam como brincadeira, a televisão, o *vídeo-game*, o computador e os brinquedos industrializados que são manejados em ambientes fechados e de forma individualizada em vez de coletiva e em espaços abertos. “Sendo assim, as crianças da modernidade estão perdendo a rua, o quintal, a praça, os terrenos baldios e os matos” (SILVA, 2010, p. 236), enfim, espaços que permanecem vivos na memória dos que brincaram nesses lugares.

Para a autora Ana Meira (2003), a memória do brincar hoje se encontra apagada devido à avassaladora rede de aparelhos virtuais que invadem a vida das crianças anestesiando seus movimentos corporais e seus pensamentos.

Muitas foram às causas dessas mudanças em relação às brincadeiras tradicionais: A falta de espaço para brincar motivada pela crescente urbanização e aperfeiçoamento dos meios de transportes. A violência de certa forma impede que as crianças brinquem na rua, livres e criativas. Redução do espaço temporal. O tempo livre das crianças é ocupado com aprendizagens formais; a indústria de brinquedos com seus objetos sedutores, onde o brinquedo passa a ter mais importância que as brincadeiras. A televisão e suas propagandas, a criança que antes era criadora, hoje é consumidora.

Enfim, segundo Silva (2010), tudo isso aliado às novas tecnologias, bem como tendo a máquina enquanto parceiro das brincadeiras levou as crianças a vivenciarem outras formas do brincar. Percebe-se também que, as brincadeiras passam por constantes transformações por constituírem em uma obra de criação coletiva e por

serem transmitidas de forma expressiva, verbal ou através de gestos de uma geração a outra. Assim, a “dinâmica das culturas, no entanto, nos leva a pensar a história como processo de construção de saberes, de fazeres, de estruturas materiais e simbólicas, de sentidos e de representações da realidade” (MENESES, 2009, p.30), entendendo como patrimônio cultural a herança histórica e a sua dinâmica transformação.

Cada brincadeira, em cada cultura, possui uma estrutura típica que a define. Quem as inventou? Não se sabe, o que sabemos é que elas fazem parte da cultura popular e que tem várias origens. E que segundo Friedmann (1992), na Antiguidade as brincadeiras eram um fenômeno social dos quais todos participavam, e houve um tempo em que os adultos e as classes superiores abandonaram as brincadeiras deixando-as para as crianças. O Brasil um país com uma grande diversidade cultural, fez com que as brincadeiras estivessem nos mais variados movimentos culturais. Na nossa formação cultural estiveram presentes os costumes de muitos povos europeus, africanos misturados com os indígenas. Segundo Freyre o encontro da tradição indígena com as européias causou um intercâmbio de brincadeiras, brinquedos e de formação de novas palavras. Sobre essa mistura o autor nos mostra que:

(...) o bodoque de caçar passarinho, dos meninos índios, o papagaio de papel, dos portugueses, a bola de borracha, as danças, etc, terão aí se encontrado, misturando-se. A carrapeta – forma brasileira de pião – deve ter resultado desse intercâmbio infantil, também a gaita de canudo de mamão e talvez certos brinquedos com quenga de coco e castanha de caju (FREYRE, 2002, p.220).

Segundo Del Priore (2004) com a chegada dos imigrantes de diferentes nacionalidades no país a partir dos séculos XIX, os brasileiros adquiriram outros hábitos e muitas brincadeiras, principalmente as cantigas de roda, as adivinhas, as formas de escolha se incorporaram ao brincar das crianças brasileiras. Sendo assim, as naus aportavam carregadas de novas possibilidades lúdicas e as crianças brasileiras absorveram referências de diversas culturas do mundo, ampliando seu universo próprio de brinquedos e brincadeiras, afirma Renata Meirelles (2005).

No entender de Silva (2010) antes os brinquedos eram criados com matérias-primas simples, vindas do meio ambiente, facilmente perecíveis e destrutíveis. A vantagem é que a capacidade inventiva e de renovação era bastante acentuada, um brinquedo ou brincadeira sempre surgia para preencher um espaço deixado pelo

brinquedo quebrado. As brincadeiras de rua uniam todas as crianças, como por exemplo, para disputar partidas de futebol com bola de meia ou queimada, pique-esconde, pique-pega, amarelinha, cantigas de roda, balança caixão, chicotinho queimado, boca de forno, cabo de guerra, cabra cega, cai no poço, porta-bandeira, coladinha, fedor, mímica, passar o anel e outras, muitas vezes não requeriam quaisquer equipamentos ou brinquedos complicados e difíceis de obter.

Essas brincadeiras possibilitavam o contato com diferentes faixas etárias, a interação criança-criança, constituindo-se em brincadeiras de grupo que atraíam outras crianças, proporcionando o surgimento de amizades entre a vizinhança. Os laços efetivados por meio das relações estabelecidas por causa das brincadeiras constituem um conjunto de sujeitos “(...) que mutuamente se regulam, com uma identificação própria e com um modo de organização típico, que uma brincadeira tradicional se mantém e é repassada”(PONTES)

Apesar dessas brincadeiras tradicionais há muito tempo fazerem parte da rotina infantil, elas vêm perdendo território para novas atividades, principalmente aquelas ligadas à tecnologia. Para Stuart Hall, as sociedades da modernidade são “(...) por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente” (HALL, 2001 p.14). Nesse sentido, as brincadeiras tradicionais infantis, a imaginação e as fantasias aos poucos estão se perdendo diante de tantas mudanças, novidades e tecnologia.

Em muitas brincadeiras da atualidade, o velho e o novo se encontram, pois há um processo de cruzamento sócio-cultural em que o tradicional e o moderno se misturam através das novas tecnologias de comunicação que fazem parte da contemporaneidade. Ao tomar como base Giddens (1991), entende-se que nessa integração entre passado e presente, o papel da tradição é muito menos significativo. A modernidade e o novo sobressaem e, aos poucos, ocupa os espaços que antes eram exclusivos do brincar e das brincadeiras herdadas do passado.

É justamente nessa dinâmica que se encontra o perigo, ou seja, o patrimônio cultural imaterial, especificamente as brincadeiras tradicionais podem acabar sendo esquecidas e se tornarem apenas lembranças do passado. Entretanto, em tempos de modernidade, Benjamin (1984) alerta para a preservação da memória, pois essa é indispensável para a continuidade histórica de um povo e para manter viva a tradição.

Dessa maneira, as lembranças lutam para permanecerem presente e atuante na vida cotidiana.

Enfim, ao passar dos anos o conceito de patrimônio cultural sofreu mudanças significativas. Essas mudanças possibilitaram perceber as brincadeiras infantis e outras diversas manifestações como uma cultura imaterial. Isto é, como manifestações carregadas de simbolismos, experiências, saberes, valores, histórias, portanto, dignas de serem mantidas, registradas e preservadas.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação*. 4 ed. São Paulo: Summus, 1984. (Novas Buscas em Educação, v.17).

BORGES, Marlene Fátima Freitas. *Restos de Manhã: Análise do brincar nas décadas de 50 a 70, na região do Pontal do Triângulo Mineiro*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2001.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em www.planalto.gov.br/legislação. Acesso em 20 de setembro de 2010

BRASIL. Ministério da Cultura. *Decreto nº 3.551*, de 4 de ago. 2000. Disponível em <http://www.monumenta.gov.br/site>. Acesso em: 02 out. 2009.

BROUGÉRE, Gilles. *Brinquedo e Cultura*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; 43)

CARVALHO, André. *Como brincar à moda antiga*. 4 ed. Belo Horizonte: Lê, 1995.

CASCUDO, Luis da Camara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Belo Horizonte: Editora Italiana, 1984.

FREYRE, Gilberto. O indígena na formação da família brasileira. In: ____ *Casa Grande e Senzala*. 46 ed. Rio de Janeiro, 2002, p.160-253.

FRIEDMANM, Adriana; MICHELET, André [et all]. *O Direito de brincar: a brinquedoteca*. São Paulo: Scritta, Abrinq, 1992.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *A Trajetória da Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil: 1936 - 2006*. Brasília: Departamento do Patrimônio Imaterial, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal>, Acesso em 24 de setembro 2010.

IPHAN/CNFCP. *Os sambas, as rodas, os bumba-meu-bois. A trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil, 1936-2006*. Brasília, maio de 2006, Disponível em: www.portal.iphan.gov.br, Acesso em 05 de outubro de 2010.

LE GOFF, Jacque. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão [et all]. 4 ed. Campinas: Unicamp, 1996, p.423-483.

LEMOS, Carlos. *O que é Patrimônio Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

MARTINS, Saul. *Panorama Folclórico*. Belo Horizonte: SESC, MG, 2004.

MEIRA, Ana Marta. Benjamin, os brinquedos e a infância contemporânea. *Psicologia e Sociedade*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n.15, jul./dez., 2003, p.74-87.

MEIRELLES, Renata. Pipa, Pião e Chicote. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca nacional, ano 1, n.4, out.2005, p. 25-29.

MENESES, José Newton Coelho. Modos de Fazer e a Materialidade da Cultura “Imaterial”: o caso do queijo artesanal de Minas Gerais. *Revista Patrimônio e Memória*. UNESP, n.2, v. 5, dez. 2009, p. 27-41.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993

PELEGRINI, Sandra C.A.; FUNARI, Pedro Paulo. *O que é Patrimônio Cultural Imaterial*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PONTES, Fernando Augusto Ramos; MAGALHÃES, Celia Maria Calino. A Transmissão da cultura. *Revista Reflexão e Crítica*. Disponível em: www.scielo.br , Acesso em 06 de out. de 2010.

PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Crianças no Brasil*. 5 ed. São Paulo: contexto, 2004

SANTOS, José Luiz. *O que é cultura*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. (coleção Primeiros Passos, 110).

SILVA, Eduardo Rodrigues. Brincadeiras Infantis em São Francisco/MG: Transformações e Memórias. In: SILVA, Valmiro Ferreira; BRITO, Saulo Jackson;

SOUZA, Harilson Ferreira (Orgs.). *São Francisco em Perspectiva*. Montes Claros: Unimontes, 2010, p.213-248.

SILVA, Maria Alice Setúbal Souza e. *Memória e brincadeiras na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX*. São Paulo:Cortez,1989.

SILVA, Paulo Sérgio da. Para Além dos Tijolos e do Cimento: o inventário e o registro dos bens culturais imateriais ou intangíveis. *Anais do XVII Encontro Regional de História: Conhecer, Pesquisar e Ensinar História- ANPUH/MG-UFU*. Uberlândia, 2010, (CD-Rom).

TAVARES, Regina Márcia Moura. *Brinquedos e Brincadeiras: patrimônio cultural da humanidade*. Campinas: UNESCO, 2004.

THOMPSON. E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

TRÓPIA, Luiz Fernando Vieira. A lúdica no Folclore. *Revista da Comissão Mineira de Folclore*. Belo Horizonte: Cultura, n.19, ag., 1998 p. 63-75.

VIANA, Leticia C. R.; Legislação e Preservação do Patrimônio Imaterial: perspectivas, experiências e desafios para a salvaguarda das culturas populares. *Revista Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares*. Rio de Janeiro: UERJ, N.1, V.1, 2004. Disponível em: www.tecap.uerj.br, Acesso em 27 de setembro de 2010.